

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Lula: relação pior com o Legislativo, melhor com o Judiciário

Congresso avalia que governo se relaciona mal

Com Judiciário, relação é melhor, dizem parlamentares em pesquisa

Por Ana Paula Marques

As diversas arestas criadas entre o Executivo e o Legislativo, especialmente na sua relação com o Centrão, não passam despercebidas pelos parlamentares. Na avaliação dos deputados e senadores, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva atua melhor na sua relação com o Judiciário brasileiro do que com o Legislativo. A avaliação foi feita sobre o primeiro ano do terceiro mandato de Lula.

Deputados e senadores de-

ram a nota de 3,97 para o relacionamento do governo com o Judiciário, enquanto a relação com o Congresso ficou somente com 2,81, em uma escala de 1 a 5. Os dados são do Painel do Poder, pesquisa trimestral realizada pelo site Congresso em Foco, onde são ouvidos cerca de 70 líderes parlamentares mais influentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A pesquisa também demonstra avaliação positiva dos congressistas em relação à política externa do governo — o relacionamento com outros

países. Parlamentares avaliam em 3,79 a nota do Executivo nessa área.

A nota baixa na relação com o Congresso decorre dos embates entre o Executivo e as casas legislativas em 2023, ano marcado pela pauta econômica, em que algumas das medidas importantes para a equipe do governo, enfrentaram resistência. Os textos analisados foram aprovados pelos congressistas, mas não, sem antes, produziram uma série de intensas articulações entre os poderes.

Coletor de impostos

O ministro da Fazenda, Fernanda Haddad, foi um dos principais iniciadores dessas “tensões” entre o Palácio do Planalto e os congressistas. Ao prometer que o déficit fiscal de 2024 ficará zerado, o ministro elaborou planos que envolviam diversas medidas para aumentar a arrecadação neste ano.

A reforma tributária, a taxação de offshores, imposto sobre apostas esportivas e o novo arcabouço fiscal enfrentaram resistências por parte dos parlamentares, o que acabou gerando críticas as políticas econômicas da pasta da Fazenda.

Em 2024, o ministro ainda deve prosseguir dando “dor de cabeça” aos parlamentares. Só no início do ano, Haddad já enfrenta três novas tensões com o Congresso: a MP da reoneração, taxação de líderes religiosos e corte nas emendas parlamentares.

Apesar do corte de R\$ 5,6 bilhões feito nos trechos do Orçamento de 2024 que destina verbas a emendas parlamentares ter sido veto do presidente Lula, a avaliação é de que a decisão tem também a digital da equipe econômica.

Judiciário

A boa avaliação na relação do governo e o Judiciário deve melhorar ainda mais em 2024. Em 22 de fevereiro, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino, assume a cadeira deixada por Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal (STF).

Com Flávio Dino no STF, o presidente Lula terá ao todo quatro nomes de sua indicação na Corte: a ministra Cármen Lúcia, indicada e empossada em 2006, no primeiro mandato de Lula; Dias Toffoli, indicado e empossado em 2009, já no segundo mandato, e Cristiano Zanin, indicado no primeiro ano do terceiro mandato.

CORREIO OPINIÃO

Divulgação/ Fred



Transporte é vital para o comércio

Geopolítica Comercial

Por Márcio Coimbra*

As rotas de transporte marítimo são essenciais para o comércio exterior, responsáveis pelo transporte de commodities e também bens de valor agregado ao redor do mundo. Para esta circulação de mercadorias ser eficiente, certos pontos de passagem são considerados vitais, como os canais do Panamá, Suez e Kiel e os estreitos de Bósforo, Gibraltar, Singapura e Ormuz. São as chamadas pedras basilares da navegação, pois sua importância estratégica é crucial para a comunicação marítima internacional.

O mais recente conflito no Oriente Médio levou a desdobramentos perigosos que afetam o trânsito em um dos canais mais importantes do mundo, o chamado Canal de Suez, que realiza a ligação do Mar Vermelho com o Mediterrâneo, localizado no Egito. Embarcações estão sendo atacadas por rebeldes Houthis do Iêmen, estacionados no estreito de Babelmándebe, fronteira do Mar Vermelho com o Golfo de Aden, entrada para o Oceano Índico, que divide o país dos vizinhos Djibouti e Eritréia e a África da Ásia.

Segundo a The Economist 80% do comércio mundial em volume e 50% em valores é transportado pela frota de 105 mil navios porta-contêineres, petroleiros e cargueiros convencionais e o Canal de Suez é responsável por 10-15% do comércio mundial, incluindo as exportações de petróleo, e por 30% dos volumes globais de transporte de contêineres. Isto significa que qualquer instabilidade na região com reflexos nas rotas comerciais pode levar a sérios desdobramentos nas cadeias de abastecimento globais.

Seis das 10 maiores empresas de transporte de carga — como Maersk, MSC, Hapag-Lloyd, CMA CGM, ZIM e ONE — estão evitando em grande parte ou completamente o Mar Vermelho devido à ameaça dos Houthis. O Banco Mundial alertou que a interrupção das principais rotas marítimas estava “corroendo a folga nas redes de abastecimento e aumentando a

probabilidade de ‘estrangulamentos’ inflacionários”. A instabilidade já entrou nos custos globais, porém, seus reflexos podem ainda se expandir.

A crise no Iêmen é grave. Os conflitos já mataram mais de 400 mil pessoas, seja na guerra interna ou mesmo de fome. A disputa é política/religiosa e os Houthis xiitas recebem apoio do Irã, enquanto os sunitas são apoiados pelos vizinhos sauditas. Os Houthis, uma mescla de rebeldes com terroristas, intensificaram suas ações atingindo as cadeias de comércio global com apoio de Teerã em um suposto movimento de apoio ao Hamas. Na verdade, é um grupo que usa a chamada causa palestina para ampliar sua força, poder e apoios na região, assim como vários outros. Da mesma forma como o Hezbollah, tornou-se um mero fantoche que opera sob a orientação dos iranianos.

As rotas de transporte marítimo são essenciais no modelo econômico global. A liberdade de navegação pelos estreitos internacionais é de fundamental importância estratégica para a livre circulação de mercadorias e bens ao redor do planeta, reconhecida pelo Direito Internacional em Convenção das Nações Unidas. A estratégia de usar os Houthis e um país miserável e destruído pela guerra, o Iêmen, como peões contra o Ocidente é apenas mais um capítulo da reorganização de forças da geopolítica global estabelecida por uma rede de países autocráticos, teocráticos e antidemocráticos na construção de uma nova arquitetura internacional. Estamos diante do mais perigoso e desafiador movimento geopolítico desta geração.

***Presidente do Instituto Monitor da Democracia e Conselheiro da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Cientista Político, mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal**

Oposição e centrão articulam reação contra STF após Jordy

Por Ranier Bragon e Bruno Boghossian (Folhapress)

Integrantes do centrão e da oposição defendem que o Congresso Nacional dê uma resposta ao STF (Supremo Tribunal Federal) na volta dos trabalhos do Legislativo, em fevereiro, em decorrência da autorização de busca e apreensão no gabinete do líder da oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-RJ).

O objetivo é votar projetos que afetam diretamente o Judiciário, acusado por esses parlamentares de extrapolar suas prerrogativas.

Cerca de 20 deputados federais e senadores da oposição se reuniram nesta quarta-feira (24) no Congresso para tratar do assunto, incluindo Jordy e o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN).

Centrão

Apesar de não estar presente nesse encontro, o Centrão, que é chefiado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), corrobora, nos bastidores, essas críticas.

Ficou definido na reunião desta quarta que uma das respostas será manter Jordy na liderança da oposição, suspendendo por ora a migração do cargo, que seria ocupado neste ano por Filipe Barros (PL-PR).

Jordy e deputados bolsonaristas têm afirmado que a Polícia Federal se baseou em uma prova falsa para pedir a ação, que teve parecer favorável da Procuradoria-Geral da República e foi autorizada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes.

Congressistas afirmam também que o termo “meu líder”,



Parlamentares reúnem-se em defesa de Carlos Jordy

usado por um investigado para se comunicar com Jordy, é uma expressão comum no mundo político de Brasília, não podendo ser interpretada de forma literal.

“Vamos definir em conjunto uma pauta institucional no sentido de preservar e fortalecer as prerrogativas do Parlamento brasileiro. Há uma evidente hipertrofia de um poder sobre o Legislativo”, disse Rogério Marinho, acrescentando que a ideia é priorizar projetos que unam situação e oposição.

O senador criticou especificamente ações iniciadas pelo STF com o intuito de investigar práticas antidemocráticas, o que, segundo ele, tem se tornado uma rotina, e não uma exceção.

A fala de Marinho à imprensa foi acompanhada, entre outros, pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Entre os projetos de interesse dos parlamentares está a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que limita decisões individuais de ministros do STF, aprovada no Senado em novembro após ofensiva do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Apesar de integrantes do centrão apoiarem a ideia de uma resposta, Lira continua, segundo aliados, inclinado a não dar prioridade ou urgência à proposta aprovada pelo Senado.

PEC

De acordo com congressistas, há também uma mobilização para coleta de assinaturas para apresentação de outra PEC, que só permitiria investigações, buscas e ações judiciais contra congressistas após aprovação da Mesa da Câmara ou do Senado.

A Mesa, grupo de sete parla-

mentares encabeçados pelo presidente de cada Casa, teria prazo de dez dias para autorizar ou negar a ação. E isso só poderia ocorrer no ano legislativo. Ou seja, qualquer ato judicial contra deputados e senadores ficaria paralisado nos períodos de recessão.

O deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) seria o responsável pela coleta e apresentação da PEC. A reportagem tentou falar com ele nesta terça (23) e quarta (24), mas não obteve resposta.

As buscas contra o líder da oposição ocorreram na última quinta-feira (18) na Câmara e também em endereços do Rio de Janeiro. Elas foram autorizadas no âmbito da Operação Lesa Pátria, destinada a identificar pessoas que planejaram, financiaram e incitaram os ataques do 8 de janeiro de 2023 às sedes dos três Poderes.